



## Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

DEPARTAMENTO DE APOIO À PRODUÇÃO PARLAMENTAR – DAPP

PROTOCOLO

ESTADO DE RONDÔNIA  
Assembleia Legislativa

22 OUT 2013

Protocolo: 007/13  
Processo: 007/13

PROPOSTA DE EMENDA  
CONSTITUCIONAL

Nº  
022/13

AUTOR: DEPUTADO HERMÍNIO COELHO - PSD

Acrescenta os §§ 2º e 3º ao art. 137, da  
Constituição do Estado de Rondônia.

**A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, nos termos do § 3º do artigo 38 da Constituição do Estado, promulga a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O art. 137 da Constituição Estadual passa a vigorar acrescido do § 2º e do § 3º:

“Art. 137.....  
.....

§ 2º Como forma de garantir o cumprimento do art. 227, da Constituição Federal, a programação orçamentária de fundos estaduais que tratem dos direitos da criança e do adolescente é de execução obrigatória.

§ 3º A não execução do disposto no §2º, deste artigo, constitui descumprimento da lei orçamentária, enquadrando-se no art. 66, inciso V, da Constituição Estadual.”

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Plenário das Deliberações, 15 de outubro de 2013.

Deputado **HERMÍNIO COELHO**  
Presidente da ALE/RO





## Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

DEPARTAMENTO DE APOIO À PRODUÇÃO PARLAMENTAR – DAPP

PROTOCOLO

PROPOSTA DE EMENDA  
CONSTITUCIONAL

Nº

AUTOR: DEPUTADO HERMÍNIO COELHO - PSD

### JUSTIFICATIVA

Senhoras e Senhores Deputados,

A proteção de nossas crianças e adolescentes é tema na Constituição Federal, na Constituição Estadual e numa série de Leis Federais e Estaduais.

Em Rondônia temos a Lei Complementar 667, de 05 de junho de 2012, que dispõe sobre o Fundo Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente – FUNEDCA, é uma lei promissora, pois garante a inclusão no orçamento estadual de recursos para que sejam aplicados na proteção de nossos jovens, futuro do Brasil.

Nobres Parlamentares, ocorre que o orçamento alocado no FUNEDCA não vem sendo executado pelo Poder Executivo Estadual. Os recursos são alocados, mas durante o exercício financeiro nada é colocado em prática, os recursos não são gastos.

A sugestão nesta Proposta de Emenda Constitucional, levando em consideração as disposições do art. 227, da Constituição Federal, é que a programação orçamentária do FUNEDCA seja de execução obrigatória.

Diante do exposto, solicitamos o apoio e o voto dos nobres Pares para aprovação desta Proposta de Emenda Constitucional de forma a garantir que os recursos do Fundo Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente sejam realmente aplicados em prol da futuro do Estado de Rondônia.

*[Handwritten signatures and initials in blue ink]*